TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 17 de outubro de 2017, tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº. 18.958

(Processo nº. 2007/50677-3)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEPLAN nº. 098/2003.

Responsáveis: JOAQUIM DE LIRA MAIA e MARIA DO CARMO MARTINS LIMA – Prefeitos à época.

Advogado: NELSON LUIZ DINIZ DA CONCEIÇÃO – OAB/PA nº. 7585.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 179, §§ 3º e 4º, inciso II, do Ato nº. 63 de 19/12/2012, determinar a reabertura da instrução processual para que a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem, e façam análise sobre a documentação carreada aos autos no prazo regimental.

RESOLUÇÃO Nº. 18.959

(Processo nº. 2013/53473-0)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEDUC nº. 026/2008 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado:

ROMILDO CORRÊA FONSECA e ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE IGARAPÉ-MIRI.

Relator: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (§ 3º do art. 191 do Regimento).

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 53, §1º, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, converter o processo em diligência, retornando os autos à Secretaria Geral, para a adoção, previamente à citação por edital, das medidas constantes nos arts. 6º e 7º da Resolução TCU n. 170, de 30.6.2004, aplicável subsidiariamente nos processos desta e. Corte de Contas, a teor do art. 290 do Regime Interno.

RESOLUÇÃO Nº. 18.960

(Processo nº. 2008/52129-5)

Assunto: PENSÃO CIVIL

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento art. 38 da Lei Complementar nº 81 de 26 de abril de 2012, c/c os arts. 67 e 68, Inciso II, e §3º, do Ato nº. 63, de 17 de dezembro de 2012, converter em diligência o julgamento do processo que trata da concessão de pensão civil em favor de TELMA ANÁLIA DUARTE DA SILVA e filhos, beneficiários do ex-segurado Nazil Pimentel Martins, para que o IGPREV, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta decisão, retifique a Portaria nº. 0757, de 03/11/2003, promovendo o esclarecimento e o saneamento das falhas apontadas pelo Ministério Público de Contas no parecer de fls. 116/121, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 68, § 3º, do RITCE/PA.

ACÓRDÃO Nº. 57.040

(Processo nº. 2009/51066-9)

Assunto: Prestação de Contas do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL referente ao Exercício Financeiro 2008.

Responsáveis/Interessado: ANA MARIA LIMA BARBOSA – Período 01.01 a 2.07.2008 e EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES NAVES – Período 03.07 a 31.12.2008.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 83, inc. VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1. Julgar regulares as contas de responsabilidade das Sras. ANA MARIA LIMA BARBOSA, CPF: 457.079.104-25, e EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES NAVES CPF: 587.951.701-20, ex-Diretoras do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$1.896.397,46 (um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos);

Aplicar as responsáveis a multa no valor individual de R\$

906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos) pela impestividade na prestação de contas, que deverá ser recolhida nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da cominação da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 57.041

(Processo nº. 2007/53162-4)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SETEPS nº. 012/2005.

Responsável/Interessado: ANTÔNIO CARVELLI FILHO e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, e nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e

"d", c/c os arts. 62, 63 e 82, parágrafo único, e 83, incisos III e VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares e condenar o Sr. ANTÔNIO CARVELLI FILHO, Ex-Prefeito Municipal de Santana do Araguaia, CPF:047.646.502-82, a devolução aos cofres públicos estaduais no valor de R\$2.920,82 (dois mil, novecentos e vinte reais e oitenta e dois centavos) devidamente corrigido monetariamente a partir de 16/12/2008 e acrescido de juros de mora até a data do seu efetivo recolhimento, e aplicar-lhe a multa no valor de R\$906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos) pela instauração da tomada de contas.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para recolhimento das multas aplicadas ao disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 57.042

(Processo nº. 2009/52197-1)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SESP Nº. 111/2007

Responsável/Interessado(a): HÉLIO LEITE DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 83, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. HÉLIO LEITE DA SILVA, CPF nº. 085.758.782-04, prefeito à época do município de Castanhal, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), e aplicar-lhe a multa de R\$ 906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 57.043

(Processo nº. 2016/51474-0)

Assunto: Tomada de Contas Especial referente ao Convênio SECTET nº. 018/2004.

Responsável/Interessado:

SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS e Associação Cultural e Esportiva Viva Bragança.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a" c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos III e VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas, e condenar solidariamente a Sra. SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS, ex-presidente, (CPF: 512.780.652-53) e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA VIVA BRAGANÇA (CNPJ: 05.884.583/0001-84), à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devidamente atualizado a partir de 14/10/2014 e acrescido de juros até o seu efetivo recolhimento; 2) Aplicar à Sra. SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS, as multas no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), pelo dano ao Erário e R\$2.000,00 (dois mil reais) pela instauração da Tomada de Contas.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo, para pagamento das multas cominadas, o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 57.044

(Processo nº. 2013/50176-3)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recorrente: PEDRO PAULO SOUZA DE ALMEIDA – ex-Prefeito Municipal de São Caetano de Odivelas.

Advogado: Dr. SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI, OAB/Pa nº. 2.774.

Recorrido: ACÓRDÃO Nº. 51.388, de 21-11-2012.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. PEDRO PAULO SOUZA DE ALMEIDA – ex-Prefeito Municipal de São Caetano de Odivelas, e dar-lhe provimento parcial, reformando o ACÓRDÃO Nº. 51.388, de 21-11-2012, a fim de considerar o recorrente em débito no valor de R\$6.680,00 (seis mil, seiscentos e oitenta reais), mantendo os demais termos do Acórdão combatido.

ACÓRDÃO Nº. 57.045

(Processo nº. 2017/52336-0)

Assunto: APOSENTADORIA.

Requerente: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na Portaria nº. 32.664, de 01/08/2017, em favor de LEÔNIDAS MONTEIRO GONÇALVES, no cargo de Auditor de Controle Externo – TCE-CT-603, Classe C, Nível 04, desta Corte de Contas.

ACÓRDÃO Nº. 57.046

(Processo nº. 2007/53048-3)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEPOF nº. 329/2006

Responsável/Interessado: RAIMUNDO ZOÉ DE JESUS SAAVEDRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

Relator: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA

JÚNIOR (§ 2º do art. 191 do Regimento)

Suspeição: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS (Art. 178 do RITCE-PA) ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos arts. 56, inciso III, alínea "b", "d" e "e", 82 e 83, incisos II, III e VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1 – Julgar as contas irregulares e condenar o Sr. RAIMUNDO ZOE DE JESUS SAAVEDRA (CPF nº. 105.736.822-91) à devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$ 56.520,00 (Cinquenta e seis mil e quinhentos e vinte reais), devidamente atualizada a partir de 30/06/2006 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

2 – Aplicar-lhe as multas de R\$5.652,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais) pela imputação de débito; R\$ 906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos) pela grave infração a norma legal e de R\$ 906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos) pela instauração de tomada de contas.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento das multas aplicadas ao disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Protocolo: 248565

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 14 de novembro de 2017, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 57.079

(Processo nº. 1999/51983-9)

Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Embargante: ANTÔNIO MORAIS DA SILVEIRA (PRODEPA)

Decisão Embargada: ACÓRDÃO Nº. 28.115, de 08/06/1999.

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA.